Comunicado à imprensa nº 17/265
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA
6 de julho de 2017

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431, EUA

**Conselho de Administração do FMI conclui terceira revisão sob o acordo ECF com a Guiné-Bissau e aprova desembolso de US$ 4,1 milhões**

Em 6 de julho de 2017, o Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) completou a terceira revisão do desempenho económico da Guiné-Bissau no âmbito do programa apoiado por um acordo de Facilidade de Crédito Alargado (ECF). A conclusão permite a liberação de SDR 3,03 milhões (cerca de US$ 4,1 milhões), o que leva os desembolsos totais do acordo a SDR 10,98 milhões (cerca de US$ 15,2 milhões). A decisão do Conselho de Administração foi tomada com base na caducidade.[1]

O arranjo ECF de três anos da Guiné-Bissau para SDR 17,04 milhões (60 por cento da cota) foi aprovado pelo Conselho de Administração em 10 de julho de 2015 (ver Comunicado de Imprensa nº 15/331). O programa apoiado pelo ECF visa restaurar a estabilidade macroeconómica e melhorar a eficiência na prestação de serviços públicos para promover o crescimento inclusivo e proteger os gastos sociais.

A implantação do programa para a terceira revisão foi satisfatória. Foram atendidos quatro dos cinco critérios de desempenho, três dos quatro objetivos indicativos e seis de oito referenciais estruturais. Foram tomadas medidas corretivas nas áreas remanescentes, com diversas etapas já concluídas.

A atividade económica manteve-se robusta e houve bons progressos na melhoria da gestão público-financeira. Com o suporte de condições comerciais favoráveis e aumento da construção, o PIB real cresceu 5,1 por cento em 2016, enquanto a inflação dos preços ao consumidor foi 1,5 por cento em média. O crescimento sólido, em conjunto com as melhorias na administração, ajudou a impulsionar as receitas fiscais e os controles das despesas foram fortalecidos. A perspetiva é amplamente favorável, com o crescimento previsto de 5 por cento em 2017–18, mas sujeita a riscos significativos decorrentes principalmente da fragilidade política e de uma base de exportação não diversificada.

A manutenção do impulso económico positivo exigirá um maior fortalecimento da gestão das finanças públicas para reduzir o déficit fiscal e apoiar a estabilidade macroeconómica.

[1] O Conselho de Administração toma decisões no âmbito do seu procedimento de caducidade quando o Conselho considera que uma proposta pode ser considerada sem a convocação de discussões formais.

Também é necessária uma ação firme para enfrentar deficiências no sistema bancário, e é necessária a reforma fundamental do sector de energia para impedir prejuízos e melhorar a oferta. Para aumentar o investimento e melhorar a prestação de serviços públicos, será importante fortalecer os esforços de combate à corrupção, melhorar as estatísticas, aumentar a transparência e promover uma concorrência saudável no sector privado.